



**O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

*O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br*

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 09/2017

Termo de Colaboração que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE LAGES** através da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES** e a Organização da Sociedade Civil **ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E PARADESPORTIVA DE LAGES - ASESPP**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

O **MUNICÍPIO DE LAGES** / FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages, SC, neste ato representado por seus Secretários infra-assinados, e Organização da Sociedade Civil **ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E PARADESPORTIVA DE LAGES - ASESPP**, situada à Rua Governador Jorge Iacardi, n.º 22, apt. 21, na cidade de Lages/SC, inscrita no CNPJ n.º 13.041.657/0001-49, neste ato representado pelo(a) Sr(a). João Claudio Zanatta, inscrito no CPF/MF n.º 416.480.139-53 acordam e ajustam firmar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, nos termos da Lei 13.019/2014 e Decreto n.º 16.721/2017 e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições no edital de **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2017**, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio da Administração Pública Municipal para a Execução de Projetos Esportivos, compreendendo:

a) Escolinhas de Base de Atletismo Masculino e Feminino.

Parágrafo Primeiro – Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital, juntamente com seus anexos e a proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Parágrafo Segundo – É prerrogativa atribuída à administração pública a assunção ou transferência da responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR – Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de **R\$ 45.312,51 (quarenta e cinco mil trezentos e doze reais e cinquenta e um centavos)**.

Parágrafo Primeiro - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, transferidos eletronicamente na conta indicada pela organização da sociedade civil vencedora, não havendo sob hipótese alguma antecipação de pagamento.



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

*O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br*

Parágrafo Segundo - O Município reserva-se o direito de reter os pagamentos à organização da sociedade civil, caso constatado qualquer impropriedade.

Parágrafo Terceiro - Caso não haja a comprovação do recolhimento das obrigações sociais, o pagamento será suspenso até comprovada sua regularização.

Parágrafo Quarto - Quando a liberação dos recursos ocorrerem em 03 (três) ou mais parcelas, o repasse da terceira, bem como as demais, ficará condicionado à comprovação da prestação de contas, cujo prazo de entrega encontrar-se vencido.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REMANEJAMENTO DE RECURSOS

Parágrafo Primeiro - A administração pública poderá autorizar o remanejamento de recursos do plano de aplicação, durante a vigência da parceria, para consecução do objeto pactuado, de modo que, separadamente para cada categoria econômica da despesa, corrente ou de capital, a organização da sociedade civil remaneje, entre si, os valores definidos para os itens de despesa, desde que, individualmente, os aumentos ou diminuições não ultrapassem 25% (vinte e cinco por cento) do valor originalmente aprovado no plano de trabalho para cada item.

Parágrafo Segundo - O remanejamento dos recursos de que trata o **parágrafo primeiro** somente ocorrerá mediante prévia solicitação, com justificativa apresentada pela organização da sociedade civil e aprovada pelo órgão da administração pública responsável pela parceria.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

Parágrafo primeiro – A primeira parcela do pagamento será liberada após apresentação de conta bancária específica da organização da sociedade civil para movimentar os recursos.

Parágrafo segundo – O pagamento de qualquer parcela somente será efetuado mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF), Certidão Negativa de Débito (CND), emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Guia de recolhimento INSS do funcionário (GRPS), Guia de recolhimento INSS da empresa, Folha de pagamento dos funcionários, Guia de recolhimento do FGTS do funcionário (GFIP), Guia de Retenção (GPS) e Guia de recolhimento do PIS/COFINS, com prazo de validade vigente. A organização da sociedade civil vencedora deverá apresentar a folha de pagamento relativa ao mês de competência a que se referem as guias pagas no mês anterior. Como o prazo limite para recolhimento das guias de INSS, FGTS e PIS/COFINS é 02, 07 e 20 do mês seguinte, o contratado deverá apresentar a folha de pagamento relativa ao mês de competência a que se referem as guias pagas no mês anterior.

CLÁUSULA QUINTA – RECURSO FINANCEIRO - O objeto deste chamamento público será contratado com recursos provisionados na conta: 4001-2.506 – Incentivo as Entidades Esportivas, Código de Despesa nº 208 e Elemento de Despesa nº 33504102, ano base 2017.

CLÁUSULA SEXTA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

- a) iniciar a execução do objeto pactuado imediatamente após assinatura do Termo de Colaboração.
- b) comparecer em juízo nas questões trabalhistas propostas por seus empregados contra si, ou contra o Município, assumindo o polo passivo, defendendo-se judicialmente e reconhecendo perante a Justiça do Trabalho, sua condição de empregadora, arcando com o ônus de eventual condenação, inclusive honorários;
- c) fica ainda responsável pelos prejuízos e danos pessoais e materiais que eventualmente venha a causar à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto do presente Termo de Colaboração, correndo exclusivamente às suas expensas os ressarcimentos ou indenizações reivindicadas judicial ou extrajudicialmente;



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br

- d) pagar seus funcionários em dia, independente do dia do pagamento realizado pelo Município;
- e) facilitar a fiscalização pelo Município, por meio da atuação do Gestor e da Comissão de Monitoramento e Avaliação durante a vigência da parceria;
- f) cumprir em sua integralidade, as exigências do Edital de Chamamento Público e seus anexos;
- g) prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos (com previsão legal no art. 42, VII da Lei 13.019/2014);
- h) havendo liberação de recursos, a obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 (com previsão legal no art. 42, XIV da Lei 13.019/2014);
- i) a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal (com previsão legal no art. 42, XIX da Lei 13.019/2014);
- j) a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução (com previsão legal no art. 42, XX da Lei 13.019/2014);
- k) liberar o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto (com previsão legal no art. 42, XV da Lei 13.019/2014);
- l) restituir os recursos não utilizados, bem como seus rendimentos, segundo reza a Lei 13.019/2014 (conforme inciso IX do art. 42).
- m) a Organização da Sociedade Civil obriga-se a executar os serviços mencionados na Cláusula Primeira, segundo as metas pactuadas, fornecendo mão-de-obra, insumos, infraestrutura e demais elementos necessários à sua perfeita execução.
- n) a Organização da Sociedade Civil reconhece e declara expressamente a sua responsabilidade pelo atendimento das metas pactuadas estabelecidas no Plano de Trabalho.
- o) no caso da Organização da Sociedade Civil ser responsável pelo fornecimento de insumos, estes devem ser de primeira qualidade, responsabilizando-se por qualquer problema surgido na execução das ações e trabalhos inerentes a execução da parceria, devendo reparar de forma premente no total ou parcialmente para o bom andamento da mesma.
- p) Possuir espaço físico com acessibilidade, incluindo banheiro adaptado e área externa.
- q) após a assinatura do Termo de Colaboração é obrigatória a abertura do "RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO" e "RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA";
- r) a Organização da Sociedade Civil é obrigada a corrigir, readequar ou realinhar, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços objeto do Termo de Colaboração em que se verificarem incongruências, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de mão-de-obra e materiais empregados de forma inadequada.
- s) em caso de dissolução da organização, o respectivo patrimônio líquido deverá ser transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos exigidos pelo Decreto Municipal e pela Lei Federal 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da organização extinta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

- a) a responsabilidade subsidiária do ente público nos casos de ações trabalhistas movidas contra a organização da sociedade civil não é automática. Ou seja, o ente público somente



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

*O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br*

será responsabilizado subsidiariamente se ficar comprovado que agiu de forma culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas.

b) orientar os servidores responsáveis pela liquidação e pagamento das faturas que verifiquem a presença dos documentos citados no processo antes de executarem a liquidação e o pagamento.

c) arquivar juntamente às notas de empenho pelo prazo de 05 (cinco) anos a fim de facilitar a comprovação de que houve a fiscalização pelo Município, elidindo eventual responsabilidade subsidiária.

d) o Município de Lages ficará isento de responsabilidade acerca de quaisquer ocorrências que porventura surjam durante a vigência da parceria, ficando sob a responsabilidade da Contratada fornecer, caso necessário, a seus funcionários todos os equipamentos necessários para a execução da presente parceria.

e) é prerrogativa atribuída à administração pública a assunção ou transferência da responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

f) As ações de monitoramento e avaliação da administração pública compreendem primordialmente a verificação:

I. Do número de atendimentos correspondente às metas estabelecidas no Plano de Trabalho;

II. Permanência da equipe de referência de acordo com os termos do presente Edital durante todo período de vigência;

III. Atividades realizadas.

CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Parágrafo primeiro - Os procedimentos de monitoramento e avaliação ocorrerão através de:

I. Visitas in loco;

II. Reuniões de monitoramento, individuais e/ou coletivas;

III. Estratégias de avaliação dos serviços junto aos usuários

IV. Emissão de relatório técnico que contenha: análise das atividades realizadas, do cumprimento de metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

Parágrafo segundo: o monitoramento e avaliação será exercido **pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE**, através do gestor designado, com apoio de técnicos da Secretaria;

Parágrafo terceiro- O **GESTOR DESIGNADO** para acompanhamento da parceria é o servidor **Rodrigo Ronconi de Oliveira**, e-mail: projetos.esporte@lages.sc.gov.br, que possuirá as seguintes atribuições conforme preceitua os artigos 15 e 16 do Decreto nº 16.721/2017:

a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

b) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

c) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

d) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base nos critérios definidos no art. 16 do Decreto nº 16.721/2017;

e) definição da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública (com previsão legal no art. 42, X da Lei 13.019/2014);



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

*O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br*

f) é prerrogativa da administração pública assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade (com previsão legal no art. 42, XII da Lei 13.019/2014).

CLÁUSULA NONA – PRAZO DE VIGENCIA

A vigência da presente parceria ocorrerá até 22/11/2018, entrando em vigor à partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 24 da Lei 13.019/2014 e Diplomas Complementares;

Parágrafo Primeiro – A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.

Parágrafo segundo - A prorrogação de ofício da vigência do instrumento deve ser feita pela administração pública, antes do seu término, quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REMANEJAMENTO DE RECURSOS

Parágrafo primeiro - A administração pública poderá autorizar o remanejamento de recursos do plano de aplicação, durante a vigência da parceria, para consecução do objeto pactuado, de modo que, separadamente para cada categoria econômica da despesa, corrente ou de capital, a organização da sociedade civil remaneje, entre si, os valores definidos para os itens de despesa, desde que, individualmente, os aumentos ou diminuições não ultrapassem 25% (vinte e cinco por cento) do valor originalmente aprovado no plano de trabalho para cada item.

Parágrafo Segundo - O remanejamento dos recursos de que trata o parágrafo primeiro somente ocorrerá mediante prévia solicitação, com justificativa apresentada pela organização da sociedade civil e aprovada pelo órgão da administração pública responsável pela parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas desta Lei e da legislação específica, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de parceria, de fomento ou de colaboração, e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

III - declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de parceria, de fomento ou de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste artigo.

Parágrafo Primeiro - A sanção estabelecida no inciso III do caput deste artigo é de competência exclusiva do Secretário Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Segundo – As organizações da sociedade civil, bem como seus diretores, sócios gerentes e controladores declarados impedidos de licitar e contratar com a administração



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br

pública municipal, serão incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Se, por qualquer razão, a Organização da Sociedade Civil não acatar qualquer laudo, parecer ou relatório do gestor da parceria, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica ou contábil relativa à discordância.

Parágrafo único: A perícia supracitada somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

A falta de pagamento das obrigações patronais por parte da entidade parceira e vencedora sujeitará à rescisão sumária do contrato.

Parágrafo primeiro - Sob nenhum aspecto será admitido, por parte da organização da sociedade civil vencedora, exceção de contrato não cumprido, em face da Administração, exceto nos casos expressamente previstos em lei.

Parágrafo segundo - A faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias (com previsão legal no art. 42, XVI da Lei 13.019/2014)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento de Parceria rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 16.721/2017 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente no que couber, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 16.721/2017 e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

A execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES na figura do gestor designado e pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, que apontarão as deficiências verificadas, as quais deverão ser sanadas pela organização da sociedade civil, devendo esta proceder às correções e os ajustes necessários ao bom andamento do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

As partes elegem o foro da Comarca de Lages-SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.


E para a sua validação, o presente Termo de Colaboração é firmado pelas partes, em três 03 (três) vias de igual teor.

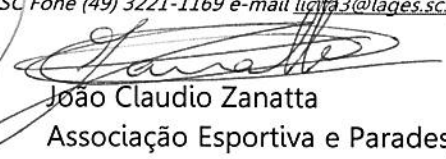
Lages, 15 de dezembro de 2017.




O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br



Antonio Ceron
Prefeito Municipal


João Claudio Zanatta
Associação Esportiva e Paradesportiva de Lages
- ASESPP


Visto:
Agnelo Sandini Miranda
Procuradoria Geral do Município


Nilson Roberto F. Cruz
Superintendente FME

Nilson Roberto Figueiredo Cruz
Fundação Municipal de Esportes


Kleber Schmitz Silva
Procurador do Município
matrícula 706301/Efetivo

CLAÚSULA QUARTA – DOS PREÇOS

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 31/2017.

O valor Registrado é de R\$ 9.390,00 (quarenta e cinco mil e oitocentos e noventa e três reais e trinta centavos).

MATHEUS VIEIRA ZAGO – EPP, CNPJ 10.515.077/0001-58, RUA NILO PEÇANHA, Nº 49 BAIRRO, FREI ROGÉRIO, LAGES/SC – CEP 88508-500

Lages, 22 de novembro de 2017

AntonioCeron

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO 11/2017 FME

Publicação Nº 1433925

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 11/2017 – PML

Termo de Colaboração que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LAGES através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES e a Organização da Sociedade Civil CLUBE CAÇA E TIRO 1º DE JULHO, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLAÚSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio da Administração Pública Municipal para a Execução de Projetos Esportivos, compreendendo:

a) Escolinhas de Base de Tênis Masculino e Feminino.

Parágrafo Primeiro – Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital, juntamente com seus anexos e a proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Parágrafo Segundo – É prerrogativa atribuída à administração pública a assunção ou transferência da responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLAÚSULA SEGUNDA – DO VALOR – Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de R\$ 38.882,06 (trinta e oito mil oitocentos e oitenta e dois reais e seis centavos).

CLAÚSULA OITAVA – PRAZO DE VIGÊNCIA – A sua vigência será da sua assinatura até 22/11/2018, podendo ser prorrogada, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 24 da Lei 13.019/2014 e Diplomas Complementares.

Lages, 22 de novembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO 12/2017 FME

Publicação Nº 1433940

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 12/2017 – PML

Termo de Colaboração que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LAGES através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES e a Organização da Sociedade Civil CLUBE CAÇA E TIRO 1º DE JULHO, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLAÚSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio da Administração Pública Municipal para a Execução de Projetos Esportivos, compreendendo:

a) Escolinhas de Base de Natação Masculino e Feminino.

Parágrafo Primeiro – Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital, juntamente com seus anexos e a proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Parágrafo Segundo – É prerrogativa atribuída à administração pública a assunção ou transferência da responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua

descontinuidade.

CLAÚSULA SEGUNDA – DO VALOR – Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de 52.864,71 (cinquenta e dois mil oitocentos e sessenta e quatro reais e setenta e um centavos).

CLAÚSULA OITAVA – PRAZO DE VIGÊNCIA – A sua vigência será da sua assinatura até 22/11/2018, podendo ser prorrogada, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 24 da Lei 13.019/2014 e Diplomas Complementares.

Lages, 22 de novembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO 13/2017 FME

Publicação Nº 1433960

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 13/2017 – PML

Termo de Colaboração que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LAGES através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES e a Organização da Sociedade Civil CLUBE CAÇA E TIRO 1º DE JULHO, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLAÚSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio da Administração Pública Municipal para a Execução de Projetos Esportivos, compreendendo:

a) Escolinhas de Base de Natação Masculino e Feminino.

Parágrafo Primeiro – Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital, juntamente com seus anexos e a proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Parágrafo Segundo – É prerrogativa atribuída à administração pública a assunção ou transferência da responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLAÚSULA SEGUNDA – DO VALOR – Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de R\$ 45.197,40 (quarenta e cinco mil cento e noventa e sete reais e quarenta centavos)).

CLAÚSULA OITAVA – PRAZO DE VIGÊNCIA – A sua vigência será da sua assinatura até 22/11/2018, podendo ser prorrogada, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 24 da Lei 13.019/2014 e Diplomas Complementares.

Lages, 22 de novembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 09/2017 FME

Publicação Nº 1433834

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 09/2017 – PML

Termo de Colaboração que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LAGES através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES e a Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E PARADESPORTIVA DE LAGES - ASESP, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLAÚSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio da Administração Pública Municipal para a Execução de Projetos Esportivos, compreendendo:

a) Escolinhas de Base de Atletismo Masculino e Feminino.

Parágrafo Primeiro – Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital, juntamente com seus anexos e a proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Parágrafo Segundo – É prerrogativa atribuída à administração



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 10/2017

Termo de Colaboração que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE LAGES** através da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES** e a Organização da Sociedade Civil **ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CAMINHO SUAVE - ADECS**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

O **MUNICÍPIO DE LAGES / FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC, neste ato representado por seus Secretários infra-assinados, e Organização da Sociedade Civil **ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CAMINHO SUAVE - ADECS**, situada à Rua 7 de Setembro, n.º 15, Centro, na cidade de Lages/SC, inscrita no CNPJ n.º 18.826.323/0001-02, neste ato representado pelo(a) Sr(a). Carlos Henrique de Souza, inscrito no CPF/MF n.º. 707.925.859-68 acordam e ajustam firmar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, nos termos da Lei 13.019/2014 e Decreto nº 16.721/2017 e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições no edital de **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2017**, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio da Administração Pública Municipal para a Execução de Projetos Esportivos, compreendendo:

a) Escolinhas de Base de Judô Masculino e Feminino.

Parágrafo Primeiro – Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital, juntamente com seus anexos e a proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Parágrafo Segundo – É prerrogativa atribuída à administração pública a assunção ou transferência da responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR – Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de **R\$ 38.678,36 (trinta e oito mil seiscientos e setenta e oito reais e trinta e seis centavos)**.

Parágrafo Primeiro - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, transferidos eletronicamente na conta indicada pela organização da sociedade civil vencedora, não havendo sob hipótese alguma antecipação de pagamento.

Parágrafo Segundo - O Município reserva-se o direito de reter os pagamentos à organização da sociedade civil, caso constatado qualquer impropriedade.

Parágrafo Terceiro - Caso não haja a comprovação do recolhimento das obrigações sociais, o pagamento será suspenso até comprovada sua regularização.



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br

Parágrafo Quarto - Quando a liberação dos recursos ocorrerem em 03 (três) ou mais parcelas, o repasse da terceira, bem como as demais, ficará condicionado à comprovação da prestação de contas, cujo prazo de entrega encontrar-se vencido.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REMANEJAMENTO DE RECURSOS

Parágrafo Primeiro - A administração pública poderá autorizar o remanejamento de recursos do plano de aplicação, durante a vigência da parceria, para consecução do objeto pactuado, de modo que, separadamente para cada categoria econômica da despesa, corrente ou de capital, a organização da sociedade civil remaneje, entre si, os valores definidos para os itens de despesa, desde que, individualmente, os aumentos ou diminuições não ultrapassem 25% (vinte e cinco por cento) do valor originalmente aprovado no plano de trabalho para cada item.

Parágrafo Segundo - O remanejamento dos recursos de que trata o **parágrafo primeiro** somente ocorrerá mediante prévia solicitação, com justificativa apresentada pela organização da sociedade civil e aprovada pelo órgão da administração pública responsável pela parceria.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

Parágrafo primeiro - A primeira parcela do pagamento será liberada após apresentação de conta bancária específica da organização da sociedade civil para movimentar os recursos.

Parágrafo segundo - O pagamento de qualquer parcela somente será efetuado mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF), Certidão Negativa de Débito (CND), emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Guia de recolhimento INSS do funcionário (GRPS), Guia de recolhimento INSS da empresa, Folha de pagamento dos funcionários, Guia de recolhimento do FGTS do funcionário (GFIP), Guia de Retenção (GPS) e Guia de recolhimento do PIS/COFINS, com prazo de validade vigente. A organização da sociedade civil vencedora deverá apresentar a folha de pagamento relativa ao mês de competência a que se referem as guias pagas no mês anterior. Como o prazo limite para recolhimento das guias de INSS, FGTS e PIS/COFINS é 02, 07 e 20 do mês seguinte, o contratado deverá apresentar a folha de pagamento relativa ao mês de competência a que se referem as guias pagas no mês anterior.

CLÁUSULA QUINTA – RECURSO FINANCEIRO - O objeto deste chamamento público será contratado com recursos provisionados na conta: 4001-2.506 – Incentivo as Entidades Esportivas, Código de Despesa nº 208 e Elemento de Despesa nº 33504102, ano base 2017.

CLÁUSULA SEXTA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

- a) iniciar a execução do objeto pactuado imediatamente após assinatura do Termo de Colaboração.
- b) comparecer em juízo nas questões trabalhistas propostas por seus empregados contra si, ou contra o Município, assumindo o polo passivo, defendendo-se judicialmente e reconhecendo perante a Justiça do Trabalho, sua condição de empregadora, arcando com o ônus de eventual condenação, inclusive honorários;
- c) fica ainda responsável pelos prejuízos e danos pessoais e materiais que eventualmente venha a causar à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto do presente Termo de Colaboração, correndo exclusivamente às suas expensas os ressarcimentos ou indenizações reivindicadas judicial ou extrajudicialmente;
- d) pagar seus funcionários em dia, independente do dia do pagamento realizado pelo Município;
- e) facilitar a fiscalização pelo Município, por meio da atuação do Gestor e da Comissão de Monitoramento e Avaliação durante a vigência da parceria;
- f) cumprir em sua integralidade, as exigências do Edital de Chamamento Público e seus anexos;



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

*O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br*

- g) prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos (com previsão legal no art. 42, VII da Lei 13.019/2014);
- h) havendo liberação de recursos, a obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 (com previsão legal no art. 42, XIV da Lei 13.019/2014);
- i) a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal (com previsão legal no art. 42, XIX da Lei 13.019/2014);
- j) a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução (com previsão legal no art. 42, XX da Lei 13.019/2014);
- k) liberar o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto (com previsão legal no art. 42, XV da Lei 13.019/2014);
- l) restituir os recursos não utilizados, bem como seus rendimentos, segundo reza a Lei 13.019/2014 (conforme inciso IX do art. 42).
- m) a Organização da Sociedade Civil obriga-se a executar os serviços mencionados na Cláusula Primeira, segundo as metas pactuadas, fornecendo mão-de-obra, insumos, infraestrutura e demais elementos necessários à sua perfeita execução.
- n) a Organização da Sociedade Civil reconhece e declara expressamente a sua responsabilidade pelo atendimento das metas pactuadas estabelecidas no Plano de Trabalho.
- o) no caso da Organização da Sociedade Civil ser responsável pelo fornecimento de insumos, estes devem ser de primeira qualidade, responsabilizando-se por qualquer problema surgido na execução das ações e trabalhos inerentes a execução da parceria, devendo reparar de forma premente no total ou parcialmente para o bom andamento da mesma.
- p) Possuir espaço físico com acessibilidade, incluindo banheiro adaptado e área externa.
- q) após a assinatura do Termo de Colaboração é obrigatória a abertura do "RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO" e "RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA";
- r) a Organização da Sociedade Civil é obrigada a corrigir, readequar ou realinhar, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços objeto do Termo de Colaboração em que se verificarem incongruências, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de mão-de-obra e materiais empregados de forma inadequada.
- s) em caso de dissolução da organização, o respectivo patrimônio líquido deverá ser transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos exigidos pelo Decreto Municipal e pela Lei Federal 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da organização extinta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

- a) a responsabilidade subsidiária do ente público nos casos de ações trabalhistas movidas contra a organização da sociedade civil não é automática. Ou seja, o ente público somente será responsabilizado subsidiariamente se ficar comprovado que agiu de forma culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas.
- b) orientar os servidores responsáveis pela liquidação e pagamento das faturas que verifiquem a presença dos documentos citados no processo antes de executarem a liquidação e o pagamento.



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br

c) arquivar juntamente às notas de empenho pelo prazo de 05 (cinco) anos a fim de facilitar a comprovação de que houve a fiscalização pelo Município, elidindo eventual responsabilidade subsidiária.

d) o Município de Lages ficará isento de responsabilidade acerca de quaisquer ocorrências que porventura surjam durante a vigência da parceria, ficando sob a responsabilidade da Contratada fornecer, caso necessário, a seus funcionários todos os equipamentos necessários para a execução da presente parceria.

e) é prerrogativa atribuída à administração pública a assunção ou transferência da responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

f) As ações de monitoramento e avaliação da administração pública compreendem primordialmente a verificação:

- I. Do número de atendimentos correspondente às metas estabelecidas no Plano de Trabalho;
- II. Permanência da equipe de referência de acordo com os termos do presente Edital durante todo período de vigência;
- III. Atividades realizadas.

CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Parágrafo primeiro - Os procedimentos de monitoramento e avaliação ocorrerão através de:

I. Visitas in loco;

II. Reuniões de monitoramento, individuais e/ou coletivas;

III. Estratégias de avaliação dos serviços junto aos usuários

IV. Emissão de relatório técnico que contenha: análise das atividades realizadas, do cumprimento de metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

Parágrafo segundo: o monitoramento e avaliação será exercido **pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE**, através do gestor designado, com apoio de técnicos da Secretaria;

Parágrafo terceiro- O **GESTOR DESIGNADO** para acompanhamento da parceria é o servidor **Rodrigo Ronconi de Oliveira**, e-mail: projetos.esporte@lages.sc.gov.br, que possuirá as seguintes atribuições conforme preceitua os artigos 15 e 16 do Decreto nº 16.721/2017:

a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

b) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

c) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

d) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base nos critérios definidos no art. 16 do Decreto nº 16.721/2017;

e) definição da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública (com previsão legal no art. 42, X da Lei 13.019/2014);

f) é prerrogativa da administração pública assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade (com previsão legal no art. 42, XII da Lei 13.019/2014).

CLÁUSULA NONA – PRAZO DE VIGENCIA



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

*O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br*

A vigência da presente parceria ocorrerá até 22/11/2018, entrando em vigor à partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 24 da Lei 13.019/2014 e Diplomas Complementares;
Parágrafo Primeiro – A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.
Parágrafo segundo - A prorrogação de ofício da vigência do instrumento deve ser feita pela administração pública, antes do seu término, quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REMANEJAMENTO DE RECURSOS

Parágrafo primeiro - A administração pública poderá autorizar o remanejamento de recursos do plano de aplicação, durante a vigência da parceria, para consecução do objeto pactuado, de modo que, separadamente para cada categoria econômica da despesa, corrente ou de capital, a organização da sociedade civil remaneje, entre si, os valores definidos para os itens de despesa, desde que, individualmente, os aumentos ou diminuições não ultrapassem 25% (vinte e cinco por cento) do valor originalmente aprovado no plano de trabalho para cada item.
Parágrafo Segundo - O remanejamento dos recursos de que trata o parágrafo primeiro somente ocorrerá mediante prévia solicitação, com justificativa apresentada pela organização da sociedade civil e aprovada pelo órgão da administração pública responsável pela parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas desta Lei e da legislação específica, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de parceria, de fomento ou de colaboração, e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

III - declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de parceria, de fomento ou de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste artigo.

Parágrafo Primeiro - A sanção estabelecida no inciso III do caput deste artigo é de competência exclusiva do Secretário Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Segundo – As organizações da sociedade civil, bem como seus diretores, sócios gerentes e controladores declarados impedidos de licitar e contratar com a administração pública municipal, serão incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

*O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br*

Se, por qualquer razão, a Organização da Sociedade Civil não acatar qualquer laudo, parecer ou relatório do gestor da parceria, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica ou contábil relativa à discordância.

Parágrafo único: A perícia supracitada somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

A falta de pagamento das obrigações patronais por parte da entidade parceira e vencedora sujeitará à rescisão sumária do contrato.

Parágrafo primeiro - Sob nenhum aspecto será admitido, por parte da organização da sociedade civil vencedora, exceção de contrato não cumprido, em face da Administração, exceto nos casos expressamente previstos em lei.

Parágrafo segundo - A faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias (com previsão legal no art. 42, XVI da Lei 13.019/2014)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento de Parceria rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 16.721/2017 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente no que couber, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 16.721/2017 e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

A execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES na figura do gestor designado e pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, que apontarão as deficiências verificadas, as quais deverão ser sanadas pela organização da sociedade civil, devendo esta proceder às correções e os ajustes necessários ao bom andamento do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

As partes elegem o foro da Comarca de Lages-SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E para a sua validação, o presente Termo de Colaboração é firmado pelas partes, em três 03 (três) vias de igual teor.

Lages, 15 de dezembro de 2017.

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

Carlos Henrique de Souza
Associação Desportiva Caminho Suava - ADECS

Visto:




O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br


Agnelo Sandini Miranda
Procuradoria Geral do Município


Nilson Roberto Figueiredo Cruz
Fundação Municipal de Esportes

Nilson Roberto F. Cruz
Superintendente FME


Kleber Schmitz Silva
Procurador do Município
Matrícula 706301/Efetivo

pública a assunção ou transferência da responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR – Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de R\$ 45.312,51 (quarenta e cinco mil trezentos e doze reais e cinquenta e um centavos).

CLÁUSULA OITAVA – PRAZO DE VIGENCIA – A sua vigência será da sua assinatura até 22/11/2018, podendo ser prorrogada, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 24 da Lei 13.019/2014 e Diplomas Complementares. Lages, 22 de novembro de 2017

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 10/2017 - FME

Publicação Nº 1433905

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 10/2017 – PML

Termo de Colaboração que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LAGES através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES e a Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CAMINHO SUAVE - ADECS, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio da Administração Pública Municipal para a Execução de Projetos Esportivos, compreendendo:

a) Escolinhas de Base de Judô Masculino e Feminino.

Parágrafo Primeiro – Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital, juntamente com seus anexos e a proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Parágrafo Segundo – É prerrogativa atribuída à administração pública a assunção ou transferência da responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR – Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de R\$ 38.678,36 (trinta e oito mil seiscentos e setenta e oito reais e trinta e seis centavos).

CLÁUSULA OITAVA – PRAZO DE VIGENCIA – A sua vigência será da sua assinatura até 22/11/2018, podendo ser prorrogada, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 24 da Lei 13.019/2014 e Diplomas Complementares.

Lages, 22 de novembro de 2017

Antonio Ceron
Prefeito Municipal



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

*O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br*

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 11/2017

Termo de Colaboração que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE LAGES** através da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES** e a Organização da Sociedade Civil **CLUBE CAÇA E TIRO 1º DE JULHO**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

O **MUNICÍPIO DE LAGES** / FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC, neste ato representado por seus Secretários infra-assinados, e Organização da Sociedade Civil **CLUBE CAÇA E TIRO 1º DE JULHO**, situada à Rua Cirilo Vieira Ramos, n.º 1700, na cidade de Lages/SC, inscrita no CNPJ nº. 82.790.593/0001-00, neste ato representado pelo(a) Sr(a). Rogério Francisco Sartor, inscrito no CPF/MF nº. 558.7795.009-34 acordam e ajustam firmar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, nos termos da Lei 13.019/2014 e Decreto nº 16.721/2017 e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições no edital de **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2017**, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio da Administração Pública Municipal para a Execução de Projetos Esportivos, compreendendo:

a) Escolinhas de Base de Tênis Masculino e Feminino.

Parágrafo Primeiro – Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, o Plano de trabalho, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital, juntamente com seus anexos e a proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR – Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de **R\$ 38.882,06 (trinta e oito mil oitocentos e oitenta e dois reais e seis centavos)**.

Parágrafo Primeiro - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, transferidos eletronicamente na conta indicada pela organização da sociedade civil vencedora, não havendo sob hipótese alguma antecipação de pagamento.

Parágrafo Segundo - O Município reserva-se o direito de reter os pagamentos à organização da sociedade civil, caso constatado qualquer impropriedade.

Parágrafo Terceiro - Caso não haja a comprovação do recolhimento das obrigações sociais, o pagamento será suspenso até comprovada sua regularização.

Parágrafo Quarto - Quando a liberação dos recursos ocorrerem em 03 (três) ou mais parcelas, o repasse da terceira, bem como as demais, ficará condicionado à comprovação da prestação de contas, cujo prazo de entrega encontrar-se vencido.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REMANEJAMENTO DE RECURSOS

Parágrafo Primeiro - A administração pública poderá autorizar o remanejamento de recursos do plano de aplicação, durante a vigência da parceria, para consecução do objeto pactuado, de modo que, separadamente para cada categoria econômica da despesa, corrente ou de capital,



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br

a organização da sociedade civil remaneje, entre si, os valores definidos para os itens de despesa, desde que, individualmente, os aumentos ou diminuições não ultrapassem 25% (vinte e cinco por cento) do valor originalmente aprovado no plano de trabalho para cada item.

Parágrafo Segundo - O remanejamento dos recursos de que trata o **parágrafo primeiro** somente ocorrerá mediante prévia solicitação, com justificativa apresentada pela organização da sociedade civil e aprovada pelo órgão da administração pública responsável pela parceria.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

Parágrafo primeiro – A primeira parcela do pagamento será liberada após apresentação de conta bancária específica da organização da sociedade civil para movimentar os recursos.

Parágrafo segundo – O pagamento de qualquer parcela somente será efetuado mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF), Certidão Negativa de Débito (CND), emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Guia de recolhimento INSS do funcionário (GRPS), Guia de recolhimento INSS da empresa, Folha de pagamento dos funcionários, Guia de recolhimento do FGTS do funcionário (GFIP), Guia de Retenção (GPS) e Guia de recolhimento do PIS/COFINS, com prazo de validade vigente. A organização da sociedade civil vencedora deverá apresentar a folha de pagamento relativa ao mês de competência a que se referem as guias pagas no mês anterior. Como o prazo limite para recolhimento das guias de INSS, FGTS e PIS/COFINS é 02, 07 e 20 do mês seguinte, o contratado deverá apresentar a folha de pagamento relativa ao mês de competência a que se referem as guias pagas no mês anterior.

CLÁUSULA QUINTA – RECURSO FINANCEIRO - O objeto deste chamamento público será contratado com recursos provisionados na conta: 4001-2.506 – Incentivo as Entidades Esportivas, Código de Despesa nº 208 e Elemento de Despesa nº 33504102, ano base 2017.

CLÁUSULA SEXTA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

- a) iniciar a execução do objeto pactuado imediatamente após assinatura do Termo de Colaboração.
- b) comparecer em juízo nas questões trabalhistas propostas por seus empregados contra si, ou contra o Município, assumindo o polo passivo, defendendo-se judicialmente e reconhecendo perante a Justiça do Trabalho, sua condição de empregadora, arcando com o ônus de eventual condenação, inclusive honorários;
- c) fica ainda responsável pelos prejuízos e danos pessoais e materiais que eventualmente venha a causar à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto do presente Termo de Colaboração, correndo exclusivamente às suas expensas os ressarcimentos ou indenizações reivindicadas judicial ou extrajudicialmente;
- d) pagar seus funcionários em dia, independente do dia do pagamento realizado pelo Município;
- e) facilitar a fiscalização pelo Município, por meio da atuação do Gestor e da Comissão de Monitoramento e Avaliação durante a vigência da parceria;
- f) cumprir em sua integralidade, as exigências do Edital de Chamamento Público e seus anexos;
- g) prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos (com previsão legal no art. 42, VII da Lei 13.019/2014);
- h) havendo liberação de recursos, a obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 (com previsão legal no art. 42, XIV da Lei 13.019/2014);
- i) a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br

de custeio, de investimento e de pessoal (com previsão legal no art. 42, XIX da Lei 13.019/2014);

j) a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução (com previsão legal no art. 42, XX da Lei 13.019/2014);

k) liberar o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto (com previsão legal no art. 42, XV da Lei 13.019/2014);

l) restituir os recursos não utilizados, bem como seus rendimentos, segundo reza a Lei 13.019/2014 (conforme inciso IX do art. 42).

m) a Organização da Sociedade Civil obriga-se a executar os serviços mencionados na Cláusula Primeira, segundo as metas pactuadas, fornecendo mão-de-obra, insumos, infraestrutura e demais elementos necessários à sua perfeita execução.

n) a Organização da Sociedade Civil reconhece e declara expressamente a sua responsabilidade pelo atendimento das metas pactuadas estabelecidas no Plano de Trabalho.

o) no caso da Organização da Sociedade Civil ser responsável pelo fornecimento de insumos, estes devem ser de primeira qualidade, responsabilizando-se por qualquer problema surgido na execução das ações e trabalhos inerentes a execução da parceria, devendo reparar de forma premente no total ou parcialmente para o bom andamento da mesma.

p) Possuir espaço físico com acessibilidade, incluindo banheiro adaptado e área externa.

q) após a assinatura do Termo de Colaboração é obrigatória a abertura do "RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO" e "RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA";

r) a Organização da Sociedade Civil é obrigada a corrigir, readequar ou realinhar, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços objeto do Termo de Colaboração em que se verificarem incongruências, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de mão-de-obra e materiais empregados de forma inadequada.

s) em caso de dissolução da organização, o respectivo patrimônio líquido deverá ser transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos exigidos pelo Decreto Municipal e pela Lei Federal 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da organização extinta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

a) a responsabilidade subsidiária do ente público nos casos de ações trabalhistas movidas contra a organização da sociedade civil não é automática. Ou seja, o ente público somente será responsabilizado subsidiariamente se ficar comprovado que agiu de forma culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas.

b) orientar os servidores responsáveis pela liquidação e pagamento das faturas que verifiquem a presença dos documentos citados no processo antes de executarem a liquidação e o pagamento.

c) arquivar juntamente às notas de empenho pelo prazo de 05 (cinco) anos a fim de facilitar a comprovação de que houve a fiscalização pelo Município, elidindo eventual responsabilidade subsidiária.

d) o Município de Lages ficará isento de responsabilidade acerca de quaisquer ocorrências que porventura surjam durante a vigência da parceria, ficando sob a responsabilidade da Contratada fornecer, caso necessário, a seus funcionários todos os equipamentos necessários para a execução da presente parceria.



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

*O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br*

e) é prerrogativa atribuída à administração pública a assunção ou transferência da responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

f) As ações de monitoramento e avaliação da administração pública compreendem primordialmente a verificação:

I. Do número de atendimentos correspondente às metas estabelecidas no Plano de Trabalho;

II. Permanência da equipe de referência de acordo com os termos do presente Edital durante todo período de vigência;

III. Atividades realizadas.

CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Parágrafo primeiro - Os procedimentos de monitoramento e avaliação ocorrerão através de:

I. Visitas in loco;

II. Reuniões de monitoramento, individuais e/ou coletivas;

III. Estratégias de avaliação dos serviços junto aos usuários

IV. Emissão de relatório técnico que contenha: análise das atividades realizadas, do cumprimento de metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

Parágrafo segundo: o monitoramento e avaliação será exercido **pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE**, através do gestor designado, com apoio de técnicos da Secretaria;

Parágrafo terceiro- O **GESTOR DESIGNADO** para acompanhamento da parceria é o servidor **Rodrigo Ronconi de Oliveira**, e-mail: projetos.esporte@lages.sc.gov.br, que possuirá as seguintes atribuições conforme preceitua os artigos 15 e 16 do Decreto nº 16.721/2017:

a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

b) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

c) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

d) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base nos critérios definidos no art. 16 do Decreto nº 16.721/2017;

e) definição da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública (com previsão legal no art. 42, X da Lei 13.019/2014);

f) é prerrogativa da administração pública assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade (com previsão legal no art. 42, XII da Lei 13.019/2014).

CLÁUSULA NONA – PRAZO DE VIGENCIA

A vigência da presente parceria ocorrerá até 22/11/2018, entrando em vigor à partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 24 da Lei 13.019/2014 e Diplomas Complementares;

Parágrafo Primeiro – A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br

Parágrafo segundo - A prorrogação de ofício da vigência do instrumento deve ser feita pela administração pública, antes do seu término, quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REMANEJAMENTO DE RECURSOS

Parágrafo primeiro - A administração pública poderá autorizar o remanejamento de recursos do plano de aplicação, durante a vigência da parceria, para consecução do objeto pactuado, de modo que, separadamente para cada categoria econômica da despesa, corrente ou de capital, a organização da sociedade civil remaneje, entre si, os valores definidos para os itens de despesa, desde que, individualmente, os aumentos ou diminuições não ultrapassem 25% (vinte e cinco por cento) do valor originalmente aprovado no plano de trabalho para cada item.

Parágrafo Segundo - O remanejamento dos recursos de que trata o parágrafo primeiro somente ocorrerá mediante prévia solicitação, com justificativa apresentada pela organização da sociedade civil e aprovada pelo órgão da administração pública responsável pela parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas desta Lei e da legislação específica, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de parceria, de fomento ou de colaboração, e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

III - declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de parceria, de fomento ou de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste artigo.

Parágrafo Primeiro - A sanção estabelecida no inciso III do caput deste artigo é de competência exclusiva do Secretário Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Segundo - As organizações da sociedade civil, bem como seus diretores, sócios gerentes e controladores declarados impedidos de licitar e contratar com a administração pública municipal, serão incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Se, por qualquer razão, a Organização da Sociedade Civil não acatar qualquer laudo, parecer ou relatório do gestor da parceria, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica ou contábil relativa à discordância.

Parágrafo único: A perícia supracitada somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

Prefeitura municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br

A falta de pagamento das obrigações patronais por parte da entidade parceira e vencedora sujeitará à rescisão sumária do contrato.

Parágrafo primeiro - Sob nenhum aspecto será admitido, por parte da organização da sociedade civil vencedora, exceção de contrato não cumprido, em face da Administração, exceto nos casos expressamente previstos em lei.

Parágrafo segundo - A faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias (com previsão legal no art. 42, XVI da Lei 13.019/2014)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento de Parceria rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 16.721/2017 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente no que couber, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 16.721/2017 e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

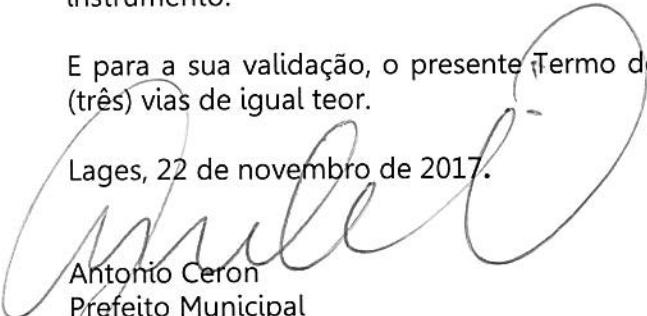
A execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES na figura do gestor designado e pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, que apontarão as deficiências verificadas, as quais deverão ser sanadas pela organização da sociedade civil, devendo esta proceder às correções e os ajustes necessários ao bom andamento do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

As partes elegem o foro da Comarca de Lages-SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E para a sua validação, o presente Termo de Colaboração é firmado pelas partes, em três 03 (três) vias de igual teor.

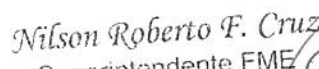
Lages, 22 de novembro de 2017.



Antonio Ceron
Prefeito Municipal


Rogério Francisco Sartor
Clube Caça E Tiro 1º De Julho


Visto:
Agnelo Sandini Miranda
Procuradoria Geral do Município


Nilson Roberto Figueiredo Cruz
Fundação Municipal de Esportes


Nilson Roberto F. Cruz
Superintendente FME


Kleber Schmitz Silva
Procurador do Município
Matrícula 706301/Eletivo

CLAÚSULA QUARTA – DOS PREÇOS

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 31/2017.

O valor Registrado é de R\$ 9.390,00 (quarenta e cinco mil e oitocentos e noventa e três reais e trinta centavos).

MATHEUS VIEIRA ZAGO – EPP, CNPJ 10.515.077/0001-58, RUA NILO PEÇANHA, Nº 49 BAIRRO, FREI ROGÉRIO, LAGES/SC – CEP 88508-500

Lages, 22 de novembro de 2017

AntonioCeron

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO 11/2017 FME

Publicação Nº 1433925

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 11/2017 – PML

Termo de Colaboração que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LAGES através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES e a Organização da Sociedade Civil CLUBE CAÇA E TIRO 1º DE JULHO, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio da Administração Pública Municipal para a Execução de Projetos Esportivos, compreendendo:

a) Escolinhas de Base de Tênis Masculino e Feminino.

Parágrafo Primeiro – Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital, juntamente com seus anexos e a proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Parágrafo Segundo – É prerrogativa atribuída à administração pública a assunção ou transferência da responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR – Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de R\$ 38.882,06 (trinta e oito mil oitocentos e oitenta e dois reais e seis centavos).

CLÁUSULA OITAVA – PRAZO DE VIGÊNCIA – A sua vigência será da sua assinatura até 22/11/2018, podendo ser prorrogada, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 24 da Lei 13.019/2014 e Diplomas Complementares.

Lages, 22 de novembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO 12/2017 FME

Publicação Nº 1433940

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 12/2017 – PML

Termo de Colaboração que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LAGES através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES e a Organização da Sociedade Civil CLUBE CAÇA E TIRO 1º DE JULHO, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio da Administração Pública Municipal para a Execução de Projetos Esportivos, compreendendo:

a) Escolinhas de Base de Natação Masculino e Feminino.

Parágrafo Primeiro – Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital, juntamente com seus anexos e a proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Parágrafo Segundo – É prerrogativa atribuída à administração pública a assunção ou transferência da responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua

descontinuidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR – Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de 52.864,71 (cinquenta e dois mil oitocentos e sessenta e quatro reais e setenta e um centavos).

CLÁUSULA OITAVA – PRAZO DE VIGÊNCIA – A sua vigência será da sua assinatura até 22/11/2018, podendo ser prorrogada, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 24 da Lei 13.019/2014 e Diplomas Complementares.

Lages, 22 de novembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO 13/2017 FME

Publicação Nº 1433960

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 13/2017 – PML

Termo de Colaboração que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LAGES através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES e a Organização da Sociedade Civil CLUBE CAÇA E TIRO 1º DE JULHO, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio da Administração Pública Municipal para a Execução de Projetos Esportivos, compreendendo:

a) Escolinhas de Base de Natação Masculino e Feminino.

Parágrafo Primeiro – Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital, juntamente com seus anexos e a proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Parágrafo Segundo – É prerrogativa atribuída à administração pública a assunção ou transferência da responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR – Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de R\$ 45.197,40 (quarenta e cinco mil cento e noventa e sete reais e quarenta centavos)).

CLÁUSULA OITAVA – PRAZO DE VIGÊNCIA – A sua vigência será da sua assinatura até 22/11/2018, podendo ser prorrogada, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 24 da Lei 13.019/2014 e Diplomas Complementares.

Lages, 22 de novembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 09/2017 FME

Publicação Nº 1433834

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 09/2017 – PML

Termo de Colaboração que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LAGES através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES e a Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E PARADESPORTIVA DE LAGES - ASESPP, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio da Administração Pública Municipal para a Execução de Projetos Esportivos, compreendendo:

a) Escolinhas de Base de Atletismo Masculino e Feminino.

Parágrafo Primeiro – Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital, juntamente com seus anexos e a proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Parágrafo Segundo – É prerrogativa atribuída à administração



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 12/2017

Termo de Colaboração que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE LAGES** através da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES** e a Organização da Sociedade Civil **CLUBE CAÇA E TIRO 1º DE JULHO**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

O **MUNICÍPIO DE LAGES** / FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC, neste ato representado por seus Secretários infra-assinados, e Organização da Sociedade Civil **CLUBE CAÇA E TIRO 1º DE JULHO**, situada à Rua Cirilo Vieira Ramos, n.º 1700, na cidade de Lages/SC, inscrita no CNPJ nº. 82.790.593/0001-00, neste ato representado pelo(a) Sr(a). Rogério Francisco Sartor, inscrito no CPF/MF nº. 558.7795.009-34 acordam e ajustam firmar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, nos termos da Lei 13.019/2014 e Decreto nº 16.721/2017 e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições no edital de **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2017**, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio da Administração Pública Municipal para a Execução de Projetos Esportivos, compreendendo:

a) Escolinhas de Base de Natação Masculino e Feminino.

Parágrafo Primeiro – Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital, juntamente com seus anexos e a proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Parágrafo Segundo – É prerrogativa atribuída à administração pública a assunção ou transferência da responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR – Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de **R\$ 52.864,71 (cinquenta e dois mil oitocentos e sessenta e quatro reais e setenta e um centavos)**.

Parágrafo Primeiro - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, transferidos eletronicamente na conta indicada pela organização da sociedade civil vencedora, não havendo sob hipótese alguma antecipação de pagamento.

Parágrafo Segundo - O Município reserva-se o direito de reter os pagamentos à organização da sociedade civil, caso constatado qualquer impropriedade.

Parágrafo Terceiro - Caso não haja a comprovação do recolhimento das obrigações sociais, o pagamento será suspenso até comprovada sua regularização.



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

*O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br*

Parágrafo Quarto - Quando a liberação dos recursos ocorrerem em 03 (três) ou mais parcelas, o repasse da terceira, bem como as demais, ficará condicionado à comprovação da prestação de contas, cujo prazo de entrega encontrar-se vencido.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REMANEJAMENTO DE RECURSOS

Parágrafo Primeiro - A administração pública poderá autorizar o remanejamento de recursos do plano de aplicação, durante a vigência da parceria, para consecução do objeto pactuado, de modo que, separadamente para cada categoria econômica da despesa, corrente ou de capital, a organização da sociedade civil remaneje, entre si, os valores definidos para os itens de despesa, desde que, individualmente, os aumentos ou diminuições não ultrapassem 25% (vinte e cinco por cento) do valor originalmente aprovado no plano de trabalho para cada item.

Parágrafo Segundo - O remanejamento dos recursos de que trata o **parágrafo primeiro** somente ocorrerá mediante prévia solicitação, com justificativa apresentada pela organização da sociedade civil e aprovada pelo órgão da administração pública responsável pela parceria.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

Parágrafo primeiro - A primeira parcela do pagamento será liberada após apresentação de conta bancária específica da organização da sociedade civil para movimentar os recursos.

Parágrafo segundo - O pagamento de qualquer parcela somente será efetuado mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF), Certidão Negativa de Débito (CND), emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Guia de recolhimento INSS do funcionário (GRPS), Guia de recolhimento INSS da empresa, Folha de pagamento dos funcionários, Guia de recolhimento do FGTS do funcionário (GFIP), Guia de Retenção (GPS) e Guia de recolhimento do PIS/COFINS, com prazo de validade vigente. A organização da sociedade civil vencedora deverá apresentar a folha de pagamento relativa ao mês de competência a que se referem as guias pagas no mês anterior. Como o prazo limite para recolhimento das guias de INSS, FGTS e PIS/COFINS é 02, 07 e 20 do mês seguinte, o contratado deverá apresentar a folha de pagamento relativa ao mês de competência a que se referem as guias pagas no mês anterior.

CLÁUSULA QUINTA – RECURSO FINANCEIRO - O objeto deste chamamento público será contratado com recursos provisionados na conta: 4001-2.506 – Incentivo as Entidades Esportivas, Código de Despesa nº 208 e Elemento de Despesa nº 33504102, ano base 2017.

CLÁUSULA SEXTA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

- a) iniciar a execução do objeto pactuado imediatamente após assinatura do Termo de Colaboração.
- b) comparecer em juízo nas questões trabalhistas propostas por seus empregados contra si, ou contra o Município, assumindo o polo passivo, defendendo-se judicialmente e reconhecendo perante a Justiça do Trabalho, sua condição de empregadora, arcando com o ônus de eventual condenação, inclusive honorários;
- c) fica ainda responsável pelos prejuízos e danos pessoais e materiais que eventualmente venha a causar à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto do presente Termo de Colaboração, correndo exclusivamente às suas expensas os ressarcimentos ou indenizações reivindicadas judicial ou extrajudicialmente;
- d) pagar seus funcionários em dia, independente do dia do pagamento realizado pelo Município;
- e) facilitar a fiscalização pelo Município, por meio da atuação do Gestor e da Comissão de Monitoramento e Avaliação durante a vigência da parceria;
- f) cumprir em sua integralidade, as exigências do Edital de Chamamento Público e seus anexos;

*Prefeitura municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br*



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

*O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br*

- g) prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos (com previsão legal no art. 42, VII da Lei 13.019/2014);
- h) havendo liberação de recursos, a obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 (com previsão legal no art. 42, XIV da Lei 13.019/2014);
- i) a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal (com previsão legal no art. 42, XIX da Lei 13.019/2014);
- j) a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução (com previsão legal no art. 42, XX da Lei 13.019/2014);
- k) liberar o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto (com previsão legal no art. 42, XV da Lei 13.019/2014);
- l) restituir os recursos não utilizados, bem como seus rendimentos, segundo reza a Lei 13.019/2014 (conforme inciso IX do art. 42).
- m) a Organização da Sociedade Civil obriga-se a executar os serviços mencionados na Cláusula Primeira, segundo as metas pactuadas, fornecendo mão-de-obra, insumos, infraestrutura e demais elementos necessários à sua perfeita execução.
- n) a Organização da Sociedade Civil reconhece e declara expressamente a sua responsabilidade pelo atendimento das metas pactuadas estabelecidas no Plano de Trabalho.
- o) no caso da Organização da Sociedade Civil ser responsável pelo fornecimento de insumos, estes devem ser de primeira qualidade, responsabilizando-se por qualquer problema surgido na execução das ações e trabalhos inerentes a execução da parceria, devendo reparar de forma premente no total ou parcialmente para o bom andamento da mesma.
- p) Possuir espaço físico com acessibilidade, incluindo banheiro adaptado e área externa.
- q) após a assinatura do Termo de Colaboração é obrigatória a abertura do "RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO" e "RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA";
- r) a Organização da Sociedade Civil é obrigada a corrigir, readequar ou realinhar, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços objeto do Termo de Colaboração em que se verificarem incongruências, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de mão-de-obra e materiais empregados de forma inadequada.
- s) em caso de dissolução da organização, o respectivo patrimônio líquido deverá ser transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos exigidos pelo Decreto Municipal e pela Lei Federal 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da organização extinta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

- a) a responsabilidade subsidiária do ente público nos casos de ações trabalhistas movidas contra a organização da sociedade civil não é automática. Ou seja, o ente público somente será responsabilizado subsidiariamente se ficar comprovado que agiu de forma culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas.
- b) orientar os servidores responsáveis pela liquidação e pagamento das faturas que verifiquem a presença dos documentos citados no processo antes de executarem a liquidação e o pagamento.



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br

- c) arquivar juntamente às notas de empenho pelo prazo de 05 (cinco) anos a fim de facilitar a comprovação de que houve a fiscalização pelo Município, elidindo eventual responsabilidade subsidiária.
- d) o Município de Lages ficará isento de responsabilidade acerca de quaisquer ocorrências que porventura surjam durante a vigência da parceria, ficando sob a responsabilidade da Contratada fornecer, caso necessário, a seus funcionários todos os equipamentos necessários para a execução da presente parceria.
- e) é prerrogativa atribuída à administração pública a assunção ou transferência da responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.
- f) As ações de monitoramento e avaliação da administração pública compreendem primordialmente a verificação:
- I. Do número de atendimentos correspondente às metas estabelecidas no Plano de Trabalho;
 - II. Permanência da equipe de referência de acordo com os termos do presente Edital durante todo período de vigência;
 - III. Atividades realizadas.

CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Parágrafo primeiro - Os procedimentos de monitoramento e avaliação ocorrerão através de:

- I. Visitas in loco;
- II. Reuniões de monitoramento, individuais e/ou coletivas;
- III. Estratégias de avaliação dos serviços junto aos usuários
- IV. Emissão de relatório técnico que contenha: análise das atividades realizadas, do cumprimento de metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

Parágrafo segundo: o monitoramento e avaliação será exercido **pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE**, através do gestor designado, com apoio de técnicos da Secretaria;

Parágrafo terceiro- O **GESTOR DESIGNADO** para acompanhamento da parceria é o servidor **Rodrigo Ronconi de Oliveira**, e-mail: projetos.esporte@lages.sc.gov.br, que possuirá as seguintes atribuições conforme preceitua os artigos 15 e 16 do Decreto nº 16.721/2017:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- c) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
- d) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base nos critérios definidos no art. 16 do Decreto nº 16.721/2017;
- e) definição da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública (com previsão legal no art. 42, X da Lei 13.019/2014);
- f) é prerrogativa da administração pública assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade (com previsão legal no art. 42, XII da Lei 13.019/2014).

CLÁUSULA NONA – PRAZO DE VIGENCIA

Prefeitura municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br





O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

*O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br*

A vigência da presente parceria ocorrerá até 22/11/2018, entrando em vigor à partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 24 da Lei 13.019/2014 e Diplomas Complementares;

Parágrafo Primeiro – A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.

Parágrafo segundo - A prorrogação de ofício da vigência do instrumento deve ser feita pela administração pública, antes do seu término, quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REMANEJAMENTO DE RECURSOS

Parágrafo primeiro - A administração pública poderá autorizar o remanejamento de recursos do plano de aplicação, durante a vigência da parceria, para consecução do objeto pactuado, de modo que, separadamente para cada categoria econômica da despesa, corrente ou de capital, a organização da sociedade civil remaneje, entre si, os valores definidos para os itens de despesa, desde que, individualmente, os aumentos ou diminuições não ultrapassem 25% (vinte e cinco por cento) do valor originalmente aprovado no plano de trabalho para cada item.

Parágrafo Segundo - O remanejamento dos recursos de que trata o parágrafo primeiro somente ocorrerá mediante prévia solicitação, com justificativa apresentada pela organização da sociedade civil e aprovada pelo órgão da administração pública responsável pela parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas desta Lei e da legislação específica, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de parceria, de fomento ou de colaboração, e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

III - declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de parceria, de fomento ou de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste artigo.

Parágrafo Primeiro - A sanção estabelecida no inciso III do caput deste artigo é de competência exclusiva do Secretário Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Segundo – As organizações da sociedade civil, bem como seus diretores, sócios gerentes e controladores declarados impedidos de licitar e contratar com a administração pública municipal, serão incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA



**O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

*O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br*

Se, por qualquer razão, a Organização da Sociedade Civil não acatar qualquer laudo, parecer ou relatório do gestor da parceria, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica ou contábil relativa à discordância.

Parágrafo único: A perícia supracitada somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA RESCISÃO

A falta de pagamento das obrigações patronais por parte da entidade parceira e vencedora sujeitará à rescisão sumária do contrato.

Parágrafo primeiro - Sob nenhum aspecto será admitido, por parte da organização da sociedade civil vencedora, exceção de contrato não cumprido, em face da Administração, exceto nos casos expressamente previstos em lei.

Parágrafo segundo - A faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias (com previsão legal no art. 42, XVI da Lei 13.019/2014)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento de Parceria rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 16.721/2017 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente no que couber, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 16.721/2017 e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

A execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES na figura do gestor designado e pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, que apontarão as deficiências verificadas, as quais deverão ser sanadas pela organização da sociedade civil, devendo esta proceder às correções e os ajustes necessários ao bom andamento do presente instrumento.

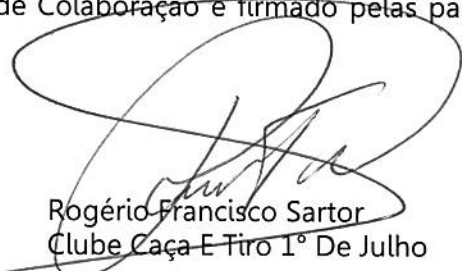
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

As partes elegem o foro da Comarca de Lages-SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E para a sua validação, o presente Termo de Colaboração é firmado pelas partes, em três 03 (três) vias de igual teor.

Lages, 15 de dezembro de 2017.


Antonio Ceron
Prefeito Municipal


Rogério Francisco Sartor
Clube Caça E Tiro 1º De Julho



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS


O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br

Visto:


Agnelo Sandini Miranda
Procuradoria Geral do Município


Nilson Roberto Figueiredo Cruz
Fundação Municipal de Esportes

Nilson Roberto F. Cruz
Superintendente FME


Kleber Schmitz Silva
Procurador do Município
Matrícula 706301/Efetivo

CLAUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 31/2017.

O valor Registrado é de R\$ 9.390,00 (quarenta e cinco mil e oitocentos e noventa e três reais e trinta centavos).

MATHEUS VIEIRA ZAGO – EPP, CNPJ 10.515.077/0001-58, RUA NILO PEÇANHA, Nº 49 BAIRRO, FREI ROGÉRIO, LAGES/SC – CEP 88508-500

Lages, 22 de novembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

descontinuidade.

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR – Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de 52.864,71 (cinquenta e dois mil oitocentos e sessenta e quatro reais e setenta e um centavos).

CLAUSULA OITAVA – PRAZO DE VIGENCIA – A sua vigência será da sua assinatura até 22/11/2018, podendo ser prorrogada, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 24 da Lei 13.019/2014 e Diplomas Complementares.

Lages, 22 de novembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO 11/2017 FME

Publicação Nº 1433925

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 11/2017 – PML

Termo de Colaboração que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LAGES através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES e a Organização da Sociedade Civil CLUBE CAÇA E TIRO 1º DE JULHO, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio da Administração Pública Municipal para a Execução de Projetos Esportivos, compreendendo:

a) Escolinhas de Base de Tênis Masculino e Feminino.

Parágrafo Primeiro – Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital, juntamente com seus anexos e a proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Parágrafo Segundo – É prerrogativa atribuída à administração pública a assunção ou transferência da responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR – Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de R\$ 38.882,06 (trinta e oito mil oitocentos e oitenta e dois reais e seis centavos).

CLAUSULA OITAVA – PRAZO DE VIGENCIA – A sua vigência será da sua assinatura até 22/11/2018, podendo ser prorrogada, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 24 da Lei 13.019/2014 e Diplomas Complementares.

Lages, 22 de novembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO 13/2017 FME

Publicação Nº 1433960

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 13/2017 – PML

Termo de Colaboração que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LAGES através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES e a Organização da Sociedade Civil CLUBE CAÇA E TIRO 1º DE JULHO, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio da Administração Pública Municipal para a Execução de Projetos Esportivos, compreendendo:

a) Escolinhas de Base de Natação Masculino e Feminino.

Parágrafo Primeiro – Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital, juntamente com seus anexos e a proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Parágrafo Segundo – É prerrogativa atribuída à administração pública a assunção ou transferência da responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR – Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de R\$ 45.197,40 (quarenta e cinco mil cento e noventa e sete reais e quarenta centavos).

CLAUSULA OITAVA – PRAZO DE VIGENCIA – A sua vigência será da sua assinatura até 22/11/2018, podendo ser prorrogada, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 24 da Lei 13.019/2014 e Diplomas Complementares.

Lages, 22 de novembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO 12/2017 FME

Publicação Nº 1433940

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 12/2017 – PML

Termo de Colaboração que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LAGES através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES e a Organização da Sociedade Civil CLUBE CAÇA E TIRO 1º DE JULHO, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio da Administração Pública Municipal para a Execução de Projetos Esportivos, compreendendo:

a) Escolinhas de Base de Natação Masculino e Feminino.

Parágrafo Primeiro – Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital, juntamente com seus anexos e a proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Parágrafo Segundo – É prerrogativa atribuída à administração pública a assunção ou transferência da responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 09/2017 FME

Publicação Nº 1433834

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 09/2017 – PML

Termo de Colaboração que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LAGES através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES e a Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E PARADESPORTIVA DE LAGES - ASESPP, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio da Administração Pública Municipal para a Execução de Projetos Esportivos, compreendendo:

a) Escolinhas de Base de Atletismo Masculino e Feminino.

Parágrafo Primeiro – Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital, juntamente com seus anexos e a proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Parágrafo Segundo – É prerrogativa atribuída à administração



**O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

*O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br*

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 13/2017

Termo de Colaboração que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE LAGES** através da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES** e a Organização da Sociedade Civil **CLUBE CAÇA E TIRO 1º DE JULHO**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

O **MUNICÍPIO DE LAGES** / FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC, neste ato representado por seus Secretários infra-assinados, e Organização da Sociedade Civil **CLUBE CAÇA E TIRO 1º DE JULHO**, situada à Rua Cirilo Vieira Ramos, n.º 1700, na cidade de Lages/SC, inscrita no CNPJ nº. 82.790.593/0001-00, neste ato representado pelo(a) Sr(a). Rogério Francisco Sartor, inscrito no CPF/MF nº. 558.7795.009-34 acordam e ajustam firmar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, nos termos da Lei 13.019/2014 e Decreto nº 16.721/2017 e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições no edital de **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2017**, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio da Administração Pública Municipal para a Execução de Projetos Esportivos, compreendendo:

a) Escolinhas de Base de Bolão Masculino e Feminino.

Parágrafo Primeiro – Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital, juntamente com seus anexos e a proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Parágrafo Segundo – É prerrogativa atribuída à administração pública a assunção ou transferência da responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR – Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de **R\$ 45.197,40 (quarenta e cinco mil cento e noventa e sete reais e quarenta centavos)**.

Parágrafo Primeiro - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, transferidos eletronicamente na conta indicada pela organização da sociedade civil vencedora, não havendo sob hipótese alguma antecipação de pagamento.

Parágrafo Segundo - O Município reserva-se o direito de reter os pagamentos à organização da sociedade civil, caso constatado qualquer impropriedade.

Parágrafo Terceiro - Caso não haja a comprovação do recolhimento das obrigações sociais, o pagamento será suspenso até comprovada sua regularização.



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

*O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br*

Parágrafo Quarto - Quando a liberação dos recursos ocorrerem em 03 (três) ou mais parcelas, o repasse da terceira, bem como as demais, ficará condicionado à comprovação da prestação de contas, cujo prazo de entrega encontrar-se vencido.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REMANEJAMENTO DE RECURSOS

Parágrafo Primeiro - A administração pública poderá autorizar o remanejamento de recursos do plano de aplicação, durante a vigência da parceria, para consecução do objeto pactuado, de modo que, separadamente para cada categoria econômica da despesa, corrente ou de capital, a organização da sociedade civil remaneje, entre si, os valores definidos para os itens de despesa, desde que, individualmente, os aumentos ou diminuições não ultrapassem 25% (vinte e cinco por cento) do valor originalmente aprovado no plano de trabalho para cada item.

Parágrafo Segundo - O remanejamento dos recursos de que trata o **parágrafo primeiro** somente ocorrerá mediante prévia solicitação, com justificativa apresentada pela organização da sociedade civil e aprovada pelo órgão da administração pública responsável pela parceria.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

Parágrafo primeiro - A primeira parcela do pagamento será liberada após apresentação de conta bancária específica da organização da sociedade civil para movimentar os recursos.

Parágrafo segundo - O pagamento de qualquer parcela somente será efetuado mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF), Certidão Negativa de Débito (CND), emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Guia de recolhimento INSS do funcionário (GRPS), Guia de recolhimento INSS da empresa, Folha de pagamento dos funcionários, Guia de recolhimento do FGTS do funcionário (GFIP), Guia de Retenção (GPS) e Guia de recolhimento do PIS/COFINS, com prazo de validade vigente. A organização da sociedade civil vencedora deverá apresentar a folha de pagamento relativa ao mês de competência a que se referem as guias pagas no mês anterior. Como o prazo limite para recolhimento das guias de INSS, FGTS e PIS/COFINS é 02, 07 e 20 do mês seguinte, o contratado deverá apresentar a folha de pagamento relativa ao mês de competência a que se referem as guias pagas no mês anterior.

CLÁUSULA QUINTA – RECURSO FINANCEIRO - O objeto deste chamamento público será contratado com recursos provisionados na conta: 4001-2.506 – Incentivo as Entidades Esportivas, Código de Despesa nº 208 e Elemento de Despesa nº 33504102, ano base 2017.

CLÁUSULA SEXTA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

a) iniciar a execução do objeto pactuado imediatamente após assinatura do Termo de Colaboração.

b) comparecer em juízo nas questões trabalhistas propostas por seus empregados contra si, ou contra o Município, assumindo o polo passivo, defendendo-se judicialmente e reconhecendo perante a Justiça do Trabalho, sua condição de empregadora, arcando com o ônus de eventual condenação, inclusive honorários;

c) fica ainda responsável pelos prejuízos e danos pessoais e materiais que eventualmente venha a causar à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto do presente Termo de Colaboração, correndo exclusivamente às suas expensas os ressarcimentos ou indenizações reivindicadas judicial ou extrajudicialmente;

d) pagar seus funcionários em dia, independente do dia do pagamento realizado pelo Município;

e) facilitar a fiscalização pelo Município, por meio da atuação do Gestor e da Comissão de Monitoramento e Avaliação durante a vigência da parceria;

f) cumprir em sua integralidade, as exigências do Edital de Chamamento Público e seus anexos;



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

*O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br*

- g) prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos (com previsão legal no art. 42, VII da Lei 13.019/2014);
- h) havendo liberação de recursos, a obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 (com previsão legal no art. 42, XIV da Lei 13.019/2014);
- i) a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal (com previsão legal no art. 42, XIX da Lei 13.019/2014);
- j) a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução (com previsão legal no art. 42, XX da Lei 13.019/2014);
- k) liberar o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto (com previsão legal no art. 42, XV da Lei 13.019/2014);
- l) restituir os recursos não utilizados, bem como seus rendimentos, segundo reza a Lei 13.019/2014 (conforme inciso IX do art. 42).
- m) a Organização da Sociedade Civil obriga-se a executar os serviços mencionados na Cláusula Primeira, segundo as metas pactuadas, fornecendo mão-de-obra, insumos, infraestrutura e demais elementos necessários à sua perfeita execução.
- n) a Organização da Sociedade Civil reconhece e declara expressamente a sua responsabilidade pelo atendimento das metas pactuadas estabelecidas no Plano de Trabalho.
- o) no caso da Organização da Sociedade Civil ser responsável pelo fornecimento de insumos, estes devem ser de primeira qualidade, responsabilizando-se por qualquer problema surgido na execução das ações e trabalhos inerentes a execução da parceria, devendo reparar de forma premente no total ou parcialmente para o bom andamento da mesma.
- p) Possuir espaço físico com acessibilidade, incluindo banheiro adaptado e área externa.
- q) após a assinatura do Termo de Colaboração é obrigatória a abertura do “RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO” e “RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA”;
- r) a Organização da Sociedade Civil é obrigada a corrigir, readequar ou realinhar, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços objeto do Termo de Colaboração em que se verificarem incongruências, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de mão-de-obra e materiais empregados de forma inadequada.
- s) em caso de dissolução da organização, o respectivo patrimônio líquido deverá ser transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos exigidos pelo Decreto Municipal e pela Lei Federal 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da organização extinta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

- a) a responsabilidade subsidiária do ente público nos casos de ações trabalhistas movidas contra a organização da sociedade civil não é automática. Ou seja, o ente público somente será responsabilizado subsidiariamente se ficar comprovado que agiu de forma culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas.
- b) orientar os servidores responsáveis pela liquidação e pagamento das faturas que verifiquem a presença dos documentos citados no processo antes de executarem a liquidação e o pagamento.



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

*O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br*

- c) arquivar juntamente às notas de empenho pelo prazo de 05 (cinco) anos a fim de facilitar a comprovação de que houve a fiscalização pelo Município, elidindo eventual responsabilidade subsidiária.
- d) o Município de Lages ficará isento de responsabilidade acerca de quaisquer ocorrências que porventura surjam durante a vigência da parceria, ficando sob a responsabilidade da Contratada fornecer, caso necessário, a seus funcionários todos os equipamentos necessários para a execução da presente parceria.
- e) é prerrogativa atribuída à administração pública a assunção ou transferência da responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.
- f) As ações de monitoramento e avaliação da administração pública compreendem primordialmente a verificação:
- I. Do número de atendimentos correspondente às metas estabelecidas no Plano de Trabalho;
 - II. Permanência da equipe de referência de acordo com os termos do presente Edital durante todo período de vigência;
 - III. Atividades realizadas.

CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Parágrafo primeiro - Os procedimentos de monitoramento e avaliação ocorrerão através de:

- I. Visitas in loco;
- II. Reuniões de monitoramento, individuais e/ou coletivas;
- III. Estratégias de avaliação dos serviços junto aos usuários
- IV. Emissão de relatório técnico que contenha: análise das atividades realizadas, do cumprimento de metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

Parágrafo segundo: o monitoramento e avaliação será exercido **pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE**, através do gestor designado, com apoio de técnicos da Secretaria;

Parágrafo terceiro- O **GESTOR DESIGNADO** para acompanhamento da parceria é o servidor **Rodrigo Ronconi de Oliveira**, e-mail: projetos.esporte@lages.sc.gov.br, que possuirá as seguintes atribuições conforme preceitua os artigos 15 e 16 do Decreto nº 16.721/2017:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- c) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
- d) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base nos critérios definidos no art. 16 do Decreto nº 16.721/2017;
- e) definição da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública (com previsão legal no art. 42, X da Lei 13.019/2014);
- f) é prerrogativa da administração pública assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade (com previsão legal no art. 42, XII da Lei 13.019/2014).

CLÁUSULA NONA – PRAZO DE VIGENCIA



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

*O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br*

A vigência da presente parceria ocorrerá até 22/11/2018, entrando em vigor à partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 24 da Lei 13.019/2014 e Diplomas Complementares;

Parágrafo Primeiro – A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.

Parágrafo segundo - A prorrogação de ofício da vigência do instrumento deve ser feita pela administração pública, antes do seu término, quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REMANEJAMENTO DE RECURSOS

Parágrafo primeiro - A administração pública poderá autorizar o remanejamento de recursos do plano de aplicação, durante a vigência da parceria, para consecução do objeto pactuado, de modo que, separadamente para cada categoria econômica da despesa, corrente ou de capital, a organização da sociedade civil remaneje, entre si, os valores definidos para os itens de despesa, desde que, individualmente, os aumentos ou diminuições não ultrapassem 25% (vinte e cinco por cento) do valor originalmente aprovado no plano de trabalho para cada item.

Parágrafo Segundo - O remanejamento dos recursos de que trata o parágrafo primeiro somente ocorrerá mediante prévia solicitação, com justificativa apresentada pela organização da sociedade civil e aprovada pelo órgão da administração pública responsável pela parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas desta Lei e da legislação específica, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de parceria, de fomento ou de colaboração, e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

III - declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de parceria, de fomento ou de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste artigo.

Parágrafo Primeiro - A sanção estabelecida no inciso III do caput deste artigo é de competência exclusiva do Secretário Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Segundo – As organizações da sociedade civil, bem como seus diretores, sócios gerentes e controladores declarados impedidos de licitar e contratar com a administração pública municipal, serão incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA



O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br

Se, por qualquer razão, a Organização da Sociedade Civil não acatar qualquer laudo, parecer ou relatório do gestor da parceria, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica ou contábil relativa à discordância.

Parágrafo único: A perícia supracitada somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA RESCISÃO

A falta de pagamento das obrigações patronais por parte da entidade parceira e vencedora sujeitará à rescisão sumária do contrato.

Parágrafo primeiro - Sob nenhum aspecto será admitido, por parte da organização da sociedade civil vencedora, exceção de contrato não cumprido, em face da Administração, exceto nos casos expressamente previstos em lei.

Parágrafo segundo - A faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias (com previsão legal no art. 42, XVI da Lei 13.019/2014)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento de Parceria rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 16.721/2017 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente no que couber, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 16.721/2017 e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

A execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES na figura do gestor designado e pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, que apontarão as deficiências verificadas, as quais deverão ser sanadas pela organização da sociedade civil, devendo esta proceder às correções e os ajustes necessários ao bom andamento do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

As partes elegem o foro da Comarca de Lages-SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E para a sua validação, o presente Termo de Colaboração é firmado pelas partes, em três 03 (três) vias de igual teor.

Lages, 15 de dezembro de 2017.

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

Rogério Francisco Sartor
Clube Caça E Tiro 1º De Julho

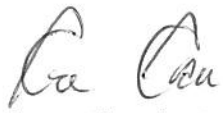


O MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O municipal de Lages Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br

Visto:


Agnelo Sandini Miranda
Procuradoria Geral do Município


Nilson Roberto Figueiredo Cruz
Fundação Municipal de Esportes

Nilson Roberto F. Cruz
Superintendente FME


Kleber Schmitz Silva
Procurador do Município
Matrícula 706301/Efetivo

CLAUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 31/2017.

O valor Registrado é de R\$ 9.390,00 (quarenta e cinco mil e oitocentos e noventa e três reais e trinta centavos).

MATHEUS VIEIRA ZAGO – EPP, CNPJ 10.515.077/0001-58, RUA NILO PEÇANHA, Nº 49 BAIRRO, FREI ROGÉRIO, LAGES/SC – CEP 88508-500

Lages, 22 de novembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

descontinuidade.

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR – Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de 52.864,71 (cinquenta e dois mil oitocentos e sessenta e quatro reais e setenta e um centavos).

CLAUSULA OITAVA – PRAZO DE VIGENCIA – A sua vigência será da sua assinatura até 22/11/2018, podendo ser prorrogada, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 24 da Lei 13.019/2014 e Diplomas Complementares. Lages, 22 de novembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO 11/2017 FME

Publicação Nº 1433925

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 11/2017 – PML

Termo de Colaboração que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LAGES através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES e a Organização da Sociedade Civil CLUBE CAÇA E TIRO 1º DE JULHO, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio da Administração Pública Municipal para a Execução de Projetos Esportivos, compreendendo:

a) Escolinhas de Base de Tênis Masculino e Feminino.

Parágrafo Primeiro – Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital, juntamente com seus anexos e a proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Parágrafo Segundo – É prerrogativa atribuída à administração pública a assunção ou transferência da responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR – Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de R\$ 38.882,06 (trinta e oito mil oitocentos e oitenta e dois reais e seis centavos).

CLAUSULA OITAVA – PRAZO DE VIGENCIA – A sua vigência será da sua assinatura até 22/11/2018, podendo ser prorrogada, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 24 da Lei 13.019/2014 e Diplomas Complementares. Lages, 22 de novembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO 12/2017 FME

Publicação Nº 1433940

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 12/2017 – PML

Termo de Colaboração que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LAGES através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES e a Organização da Sociedade Civil CLUBE CAÇA E TIRO 1º DE JULHO, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio da Administração Pública Municipal para a Execução de Projetos Esportivos, compreendendo:

a) Escolinhas de Base de Natação Masculino e Feminino.

Parágrafo Primeiro – Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital, juntamente com seus anexos e a proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Parágrafo Segundo – É prerrogativa atribuída à administração pública a assunção ou transferência da responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO 13/2017 FME

Publicação Nº 1433960

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 13/2017 – PML

Termo de Colaboração que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LAGES através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES e a Organização da Sociedade Civil CLUBE CAÇA E TIRO 1º DE JULHO, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio da Administração Pública Municipal para a Execução de Projetos Esportivos, compreendendo:

a) Escolinhas de Base de Natação Masculino e Feminino.

Parágrafo Primeiro – Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital, juntamente com seus anexos e a proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Parágrafo Segundo – É prerrogativa atribuída à administração pública a assunção ou transferência da responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR – Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de R\$ 45.197,40 (quarenta e cinco mil cento e noventa e sete reais e quarenta centavos).

CLAUSULA OITAVA – PRAZO DE VIGENCIA – A sua vigência será da sua assinatura até 22/11/2018, podendo ser prorrogada, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 24 da Lei 13.019/2014 e Diplomas Complementares. Lages, 22 de novembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 09/2017 FME

Publicação Nº 1433834

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 09/2017 – PML

Termo de Colaboração que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LAGES através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES e a Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E PARADESPORTIVA DE LAGES - ASESPP, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio da Administração Pública Municipal para a Execução de Projetos Esportivos, compreendendo:

a) Escolinhas de Base de Atletismo Masculino e Feminino.

Parágrafo Primeiro – Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital, juntamente com seus anexos e a proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Parágrafo Segundo – É prerrogativa atribuída à administração